

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

NATHAN CHRAISTER SANTOS LOURENÇO

**A ESCRITA EPISTOLAR NA MEMÓRIA PAULISTA NO CONTEXTO DA GUERRA
E PÓS-GUERRA CONTRA O PARAGUAI (1864-1870).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do Diploma de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.
Orientador: Jaisson Teixeira Lino

**CHAPECÓ,
2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

NATHAN CHRAISTER SANTOS LOURENÇO

**A ESCRITA EPISTOLAR NA MEMÓRIA PAULISTA NO CONTEXTO DA GUERRA
E PÓS-GUERRA CONTRA O PARAGUAI (1864-1870).**

**CHAPECÓ,
2025**

NATHAN CHRAISTER SANTOS LOURENÇO

**A ESCRITA EPISTOLAR NA MEMÓRIA PAULISTA NO CONTEXTO DA GUERRA
E PÓS-GUERRA CONTRA O PARAGUAI (1864-1870).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso
de História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS), como requisito para obtenção do Diploma de
Licenciatura em História da Universidade Federal da
Fronteira Sul.

Orientador: Jaisson Teixeira Lino

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 10/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JAISSON TEIXEIRA LINO**
Data: 18/12/2025 10:52:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr Jaisson Teixeira Lino – UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **LUÍZA BATÚ RUBIN**
Data: 17/12/2025 18:17:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Me. – Luiza Batú Rubin – UFSM
Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO LUIZ MIRANDA**
Data: 17/12/2025 19:01:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. – Antonio Luiz Miranda - UFFS
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Saí de casa aos dezoito anos e hoje concluo esse grande ciclo aos meus vinte e três anos. Parti com medo, ansiedade e aflito com diversos outros pesares; vindo sozinho de São Paulo para Santa Catarina para estudar na Universidade Federal da Fronteira (UFFS), pude entender o peso da palavra saudade. Hoje, alguns anos depois, posso dizer que sou grato por cada instante dessa caminhada e pelo o que a universidade pública me ofereceu.

Graças à vivência na vida acadêmica pude entrar em contato com outros Estados do Brasil e países da América Latina, consagrando amizades em cada um desses momentos, assim como emergi e me conectei em suas culturas, entendendo cada vez mais suas histórias e suas necessidades contemporâneas. Com efeito, pelo cotidiano na universidade e aos professores do corpo docente do curso, foi possível entender a minha vocação para o estudo e docência da disciplina de História, ressaltando sua importância para a sociedade brasileira.

Sou grato aos meus familiares que me apoiam desde o berço e foram os primeiros a se alegrar ao ouvirem que eu havia ingressado em uma universidade federal, sendo eles minha mãe, Francinete Silva Santos, meu pai, Alexandre Teixeira Lourenço, meu primo, Luiz Henrique Lourenço, e meus avós, Ivonete Silva Santos e João Silva Santos.

Agradeço aos meus amigos Luiz Henrique Kapp Ferrer, Andrew Richard Bezerra Monteiro, Tayná Aimê Pellegrini Mohr e, em especial o meu melhor amigo, Marcelo Augusto de Souza, que nos momentos de adversidades transformam qualquer conversa em motivo para sorrir e seguir em frente. Também agradeço minha namorada, Thauany Lara Carpeggiani, por todo o apoio, afeto e suporte ao longo da escrita do presente trabalho.

Aos meus amigos e amigas do Laboratório Universitário de Patrimônio e Arqueologia (LUPA), Laís Amanda Balzan e Andreia Richtyelly Corassa, pessoas com as quais, através da convivência, pude aprender sobre a importância da arqueologia e a conservação do patrimônio para a sociedade em nossas oficinas de educação patrimonial, também compartilhando momentos marcantes ao longo da graduação assim como foram cruciais para o meu amadurecimento enquanto pessoa; ressalto aqui a importância que a convivência com Daniel Réquia, que, durante a sua estadia no LUPA, ajudou-me a compreender a importância da Arqueologia para a ciência histórica. Há gratidão especial ao próprio Laboratório, que por

toda a graduação me acolheu e foi meu refúgio em inúmeros dias; nele pude atuar ativamente na vida acadêmica, fomentar meus estudos e iniciar o presente trabalho de conclusão de curso.

Por fim, quero agradecer ao meu orientador Jaisson Teixeira Lino, por ter me acolhido nos primeiros momentos de universidade, ainda no ensino à distância, e ter sido de magna importância para o meu crescimento acadêmico e profissional. Com suas aulas e sob sua tutela no cotidiano do Laboratório e após ter me inserido no projeto Materialidades do conflito e do pós-conflito na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) pude realizar trabalhos de campo em países como Paraguai, Uruguai e Argentina, realizando nesses países prospecções, consultas a acervos e bibliotecas, pesquisas em arquivos e análises patrimoniais; pelo projeto também realizei pesquisas em arquivos e acervos no Estado de São Paulo, especialmente na capital paulistana, que deram incentivo ao presente trabalho de conclusão de curso. Incrível como estar distante de casa me deu incentivo para conhecer e explicar ainda mais a sua história.

Mil vezes a perspectiva de enfrentar a pior
tempestade do que as mornas calmarias sem
rumo, sem ir a lugar nenhum.
(Amyr Klink, 1992)

RESUMO

O presente trabalho analisa os impactos da Guerra e do Pós-guerra contra o Paraguai (1864–1870) na vida privada dos súditos do Império, delimitada a província de São Paulo, por meio da escrita epistolar. As cartas são tomadas como fontes privilegiadas para compreender tanto experiências individuais quanto fragmentos da memória coletiva, permitindo observar como a violência da guerra se manifestou longe das frentes de batalha. A pesquisa utiliza documentos em diálogo com bibliografia especializada, articulando teoria historiográfica e metodologia fenomenológica. Autores como Clausewitz (1979), Arendt (1994) e Ian Morris (2015) orientam a reflexão sobre a guerra como fenômeno político, social e destrutivo. O estudo evidencia práticas de coerção, como o recrutamento compulsório e inconstitucional, visto em casos emblemáticos como o de Luiza Maria da Conceição, que lutou pela dispensa do marido irregularmente alistado. As cartas revelam não apenas a mobilização patriótica dos Voluntários da Pátria, mas também as frustrações e reivindicações de veteranos diante do não cumprimento de promessas do Império. Assim como atos de coletividade para preservar a memória dos combatentes do conflito. Conclui-se que a escrita epistolar funcionou como espaço de resistência e denúncia, revelando a profundidade dos efeitos da guerra na sociedade paulista e sua permanência na memória.

Palavras-Chave: Escrita Epistolar; Fenomenologia; Guerra contra o Paraguai (1864-1870); Império do Brasil; Violência;

ABSTRACT

The present study analyzes the impacts of the War and Post-war against Paraguay (1864–1870) on the private lives of the Empire's subjects in the province of São Paulo, through the lens of epistolary writing. The letters are treated as privileged sources for understanding both individual experiences and fragments of collective memory, allowing us to observe how the violence of war manifested far from the battlefronts. The research uses documents in dialogue with specialized scholarship, articulating historiographical theory and phenomenological methodology. Authors such as Clausewitz, Arendt (1994), and Ian Morris guide the reflection on war as a political, social, and destructive phenomenon. The study highlights practices of coercion, such as compulsory and unconstitutional recruitment, seen in emblematic cases like that of Luiza Maria da Conceição, who fought for the discharge of her husband, irregularly conscripted. The letters reveal not only the patriotic mobilization of the *Voluntários da Pátria*, but also the frustrations and demands of veterans faced with the Empire's unfulfilled promises, as well as collective efforts to preserve the memory of those who fought in the conflict. The study concludes that epistolary writing functioned as a space for resistance and denunciation, revealing the depth of the war's effects on São Paulo society and its persistence in memory.

Keywords: Epistolary Writing; Phenomenology; War of the Triple Alliance (1864–1870); Empire of Brazil; Violence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAESP	Documentos do Arquivo do Estado de São Paulo
LUPA	Laboratório Universitário de Patrimônio e Arqueologia
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
1.1.	O ESTOURO DO CONFLITO	11
1.2.	JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA	12
2.	A TEMPESTADE ALÉM DO PRATA	21
2.1.	PROVÍNCIA PAULISTA EM MEIO A GUERRA CONTRA O PARAGUAI	21
2.2.	VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA: O APELO AO PATRIOTISMO	25
2.3.	ENTRE PEDIDOS E RESPOSTAS: LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO PEDE A VOLTA DE SEU MARIDO	30
3.	MEMÓRIAS DO PÓS-GUERRA	33
3.1.	PROMESSAS FRUSTRADAS	33
3.2.	O CLUBE DOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA: MEMÓRIA E COLETIVO	40
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

1.1. O ESTOURO DO CONFLITO

A Guerra contra o Paraguai teve início em 1864 e estendeu-se até 1870, configurando-se como um dos poucos conflitos do século XIX a ultrapassar quatro anos de duração e, ao seu término, como o maior conflito armado da história da América Latina (Doratioto, 2022, p. 21). O desencadeamento da guerra esteve diretamente relacionado ao acirramento das tensões geopolíticas na América do Sul, especialmente na região platina. Conforme analisa o historiador Francisco Doratioto (2022), após um período de relativo isolamento em relação ao restante do mundo, o Paraguai passou a se inserir de maneira mais ativa no cenário diplomático e comercial internacional, buscando se afirmar como um agente relevante nas dinâmicas econômicas globais. Nesse contexto, o rio Uruguai assumiu papel central para o projeto paraguaio de inserção internacional, uma vez que, além de favorecer a diplomacia com os países vizinhos, possibilitava a participação da nação guarani nos circuitos do comércio mundial, sobretudo nas trocas com a Europa (Chiavenatto, 1993; Doratioto, 2022, p. 51).

A Guerra contra o Paraguai estoura após uma série de tensões fronteiriças e diplomáticas envolvendo o Império do Brasil, a Argentina, Paraguai e em especial o Uruguai.

Considerado o principal aliado do Paraguai no período que antecedeu a guerra, o Uruguai havia conquistado recentemente sua independência após a mediação do Reino Unido no conflito da Cisplatina, travado entre Brasil e Argentina entre 1825 e 1828. Ainda assim, ao longo do século XIX, o país oriental continuou a despertar interesses nas disputas

diplomáticas da região do Prata, sobretudo em razão de sua posição geográfica estratégica, marcada pelo controle da foz do rio Uruguai, elemento central para as dinâmicas políticas e comerciais da região (Doratioto, 2022, p. 52).

Dessa forma, dentro do evidenciado, é necessário ressaltar a proximidade entre o Paraguai e o país Oriental apesar do presente interesse do Império do Brasil na região.

Conforme explica Doratioto (2022, p.53),

O tratado de Aliança proposto por Montevideu ao chefe de Estado paraguaio previa o apoio recíproco na defesa das respectivas soberanias; incremento das relações comerciais bilaterais e a garantia da livre navegação no Prata – vital ao Paraguai – por meio da neutralização da estratégica ilha de Martín García, pertencente à Argentina, que, fortificada, poderia ser fator de impedimento à liberdade de trânsito fluvial.

Nesse cenário, entendendo os interesses diplomáticos das nações envolvidas nas questões platinas, sobretudo ao compreendemos a necessidade paraguaia de se aliar ao país Oriental e a importância da navegação paraguaia no Rio Uruguai para a sua inserção na política global, não se surpreendemos com a reação paraguaia de invadir a província brasileira do Mato Grosso após a intervenção de Dom Pedro II na política interna do Uruguai, apoiando o caudilho Colorado Venâncio Flores a tomar o poder e se consagrar como um estratégico aliado brasileiro (Doratioto, 2022, p. 58). A atitude de Solano López, de agir em resposta ao seu aliado de sequestrar o navio *Marquês de Olinda* e aprisionar o governador do Mato grosso foi o estopim para o começo da Guerra do Paraguai (1864-1870).

1.2. JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA

Nesse sentido, presente estudo insere-se no âmbito do projeto Materialidades do conflito e do pós-conflito na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), coordenado pelo Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino, no qual o autor atuou como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por dois anos e segue ativo na pesquisa como voluntário. O projeto tem como finalidade central, a partir de uma perspectiva

interdisciplinar que articula arqueologia, história e patrimônio, compreender os impactos das materialidades do conflito legadas à posteridade da guerra.

Em um primeiro momento, as pesquisas foram conduzidas em território paraguaio e, posteriormente, em contextos uruguaio, argentino e brasileiro, sempre com a preocupação de analisar criticamente as narrativas produzidas pelos diferentes países envolvidos no conflito. A documentação utilizada como objeto primário de estudo para este trabalho foi selecionada no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Embora essas fontes tenham servido como suporte documental, observou-se que revelam em grande parte um aspecto pouco explorado da Guerra contra o Paraguai¹: a forma como a violência do conflito se manifestou e foi sensibilizada na vida privada da sociedade paulista, mesmo estando a província distante das principais frentes de batalha no território paraguaio.

As fontes foram transcritas integralmente, mantendo-se a ortografia original e observando critérios de legibilidade. A seleção priorizou correspondências que evidenciam experiências diretas com a guerra e seus efeitos no cotidiano civil durante e após o fim do conflito - com efeito, a temporalidade delimitada se enquadra nos anos de 1864 à 1890.

Nesse sentido, a pesquisa busca responder à seguinte problemática: de que maneira a violência exercida pelo Império na Guerra contra o Paraguai (1864-1870) impactou a vida privada de seus súditos? Sendo a escrita epistolar a documentação primária para o aprofundamento da presente pesquisa, o objetivo geral visará como a escrita epistolar revela os impactos da violência e da coerção estatal durante os anos de conflitos e os anos posteriores à guerra. Com efeito, dentro dos objetivos específicos da presente pesquisa, será debatido como é possível, através das cartas selecionadas, identificar as práticas de recrutamento compulsório e coerção administrativa, discutir como os discursos patrióticos legitimaram a violência estatal, analisar estratégias epistolares de resistência e denúncia por

¹ Conforme explica Maestri (2009), as terminologias dos conflitos estão distantes da neutralidade, representando fases da interpretação historiográfica do período; sendo assim, embora a nomenclatura mais comum para o conflito em questão seja “Guerra do Paraguai” ou “Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai”, na presente dissertação será utilizado o termo “Guerra Contra o Paraguai”, compreendendo o fato histórico como uma união de três países, Brasil, Argentina e Uruguai, para levar a cabo o Paraguai, sendo este completamente devastado após o fim da guerra.

parte de civis e veteranos e, por fim, examinar como as cartas se articulam na construção da memória coletiva após o conflito.

O recorte da pesquisa concentra-se nos Voluntários da Pátria organizados e enviados a partir da província de São Paulo, tanto no esforço inicial de retomar territórios ocupados pelas forças de Solano López quanto na posterior integração aos regimentos do exército imperial durante a invasão ao Paraguai. Além disso, serão abordadas as consequências da Guerra da Tríplice Aliança na sociedade paulista, em especial a vida privada dos paulistanos.

A presente pesquisa foi dividida inicialmente em uma explicação do escopo teórico e metodológico utilizado para a interpretação das fontes epistolares e em dois capítulos, sendo eles, respectivamente, “A tempestade além do prata” a fim de discutir a experiência sensibilizada longe dos campos de batalha no contexto da Guerra contra o Paraguai, marcada pelo apelo patriótico e dramas pessoais do recrutamento forçado e mutilamento, e “Memórias do Pós-Guerra Contra o Paraguai”, elaborado para abordar a frustração vivida por veteranos do conflito após terem seus apelos silenciados e a tentativa de criar uma memória coletiva com a criação do Clube dos Voluntários da Pátria.

A interpretação epistolar utilizou o método fenomenológico, conforme proposto por Edmund Husserl e aplicado à historiografia por Dutra (2002) e Gomes (2010). A fenomenologia, aqui, serviu para compreender o significado das experiências relatadas nas cartas, com o objetivo de captar o sentido vivido das ações e emoções expressas pelos seus autores. Além do embasamento fenomenológico, foi empregada a análise contextual relacionando os testemunhos à legislação imperial e à literatura historiográfica sobre o período (Ferrer, 2005; Beatriz, 2021; Silva, 2021; Doratioto, 2022).

Como referencial teórico e metodológico, a pesquisa terá como base as reflexões das pesquisadoras Socorro de Fátima Barbosa (2011) e Vanessa Gandra Martins (2011; 2012), assim como também tem base no trabalho do pesquisador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1998), entendendo a escrita epistolar como uma ponte para o diálogo entre passado, memória e presente. Pois, como afirma Martins (2011), “A história também é uma narrativa portadora de ficção, mas o historiador [...] não cria o traço no seu sentido absoluto, ele os descobre e lhes atribui significado” (p. 64–65). Dos diferentes tipos de gêneros de cartas

citadas por Barbosa (2011)², suas autoridades se elevam quando entendidas como testemunhas do seu tempo - capaz de revelar fragmentos do espírito da sua época. A escrita epistolar, conforme evidenciado pela pesquisadora Socorro de Fátima Barbosa (2011), constituiu, no contexto do século XIX, um importante meio de circulação de ideias, afetos e informações; assim como, por serem objetos de caráter íntimo (Meneses, 1998), auxiliam na compreensão das ideias e sentimentos circulantes durante e no Pós-Guerra contra o Paraguai. Desse modo, pode ser entendida como uma fonte privilegiada para a compreensão do período em questão.

Todavia, é necessário reconhecer que os escritos epistolares não revelam de forma integral e transparente os sentimentos íntimos de seus autores, uma vez que toda comunicação, mesmo a mais pessoal, carrega certo grau de disfarce e de reserva (Barbosa, 2011). Em consonância, Martins (2012) evidencia: “As cartas não são o acontecido, mas pistas ou rastros para chegar a este. [...] São representações discursivas sobre o que se passou” (p. 2). Nesse sentido, vale recordar as palavras de Marc Bloch: “[...] nada mais difícil para um homem do que se exprimir a si mesmo” (2001, p. 141). Ainda que não sejam expressões absolutas da interioridade dos sujeitos, as cartas permitem um acesso mais direto à individualidade dos escritores e escritoras do que outros gêneros textuais, dessa maneira permitem, através de uma percepção crítica, estabelecer uma ligação entre presente e passado.

Diante disso, ressalta-se o papel do historiador em analisar as fontes epistolares de modo investigativo e crítico. Como explica o historiador francês Marc Bloch: “Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (2001, p. 79). Assim, Bloch evidencia que o encobrimento é constitutivo do documento histórico, cabendo ao historiador o dever de problematizá-lo a fim de desvendá-lo.

Nesse sentido, as cartas, enquanto documentos epistolares, assumem grande relevância para a pesquisa histórica justamente por sua proximidade com o diálogo cotidiano e familiar,

² “À carta eram aplicados os três gêneros presentes na oratória, a saber: os gêneros deliberativo, demonstrativo e judicial, pelos quais estão distribuídos os tipos mais correntes de cartas, principalmente as familiares, presentes na correspondência ordinária e, conforme se verá, presença constante nos jornais e nos periódicos” (Barbosa, 2011, p. 276).

oferecendo indícios do caráter e das emoções dos sujeitos que em outros contextos permaneceriam ocultos.

Meneses (1998) contribui para essa discussão ao abordar o deslocamento de objetos do âmbito pessoal para o espaço público, problematizando sua dimensão documental e memorial. O autor destaca que a durabilidade material dos artefatos, capaz de ultrapassar a vida de seus produtores, confere-lhes aptidão para narrar o passado de forma convincente, evocando “lembranças coletivas”. Contudo, pondera que tais objetos não possuem sentidos fixos, uma vez que “os atributos intrínsecos dos artefatos [...] incluem apenas propriedades de natureza físico-química. Forma geométrica, peso, cor, textura, dureza etc. Nenhum atributo de sentido é imanente” (Meneses, 1998, p. 91). Ainda assim, Meneses ressalta que, apesar de sua imanência material, o valor do artefato não se deteriora com o tempo. Em consonância com Bloch (2001), enfatiza a “qualidade fundamental do artefato: ele não mente. A integridade física do artefato corresponde à sua verdade objetiva. Os discursos sobre o artefato é que podem ser falsos” (Meneses, 1998, p. 91-92). Nessa perspectiva, também se evidencia seu papel social: “Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social” (idem, p. 92). Assim, ao analisar os objetos como fontes históricas, é necessário situá-los em sua temporalidade e em seu espaço social, de modo a relacionar suas narrativas e contextos. O mesmo se aplica à escrita apologética, que deve ser compreendida em seu meio de produção, a fim de esclarecer os fenômenos históricos que as cartas evidenciam.

Para tanto, a fenomenologia apresenta-se como aporte teórico-metodológico para o aprofundamento da pesquisa. Embora a bibliografia selecionada sobre a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) forneça um quadro contextual para o período delimitado (1864-1890), e apesar das metodologias propostas por Barbosa (2009), Martins (2011; 2012) e Meneses (1998) para a análise da escrita apologética no século XIX, permanece o desafio da distância temporal entre as circunstâncias de produção dos documentos e aquelas nas quais são recebidos e interpretados por seus observadores.

A fenomenologia, concebida no final do século XIX por Edmund Husserl (1859–1938), estabeleceu interlocuções significativas com a historiografia, especialmente a partir dos estudos de Dutra (2002), Gomes (2010) e Jaran-Duquette (2011). Esses autores

ressaltam a proximidade entre a lógica qualitativa da fenomenologia e a prática historiográfica (Dutra, 2002; Gomes, 2010, Jaran-Duquette, 2011), assim como a articulação da ideia orteguiana do ser humano persistentemente agir enquanto agente ativo na ciência histórica - sendo ele mesmo herdeiro e protagonista histórico (Ortega Y Gasset, 2020) - destacando sua pertinência como instrumento metodológico.

A análise fenomenológica das cartas buscou preservar a experiência vivida dos remetentes, observando a intencionalidade presente nas solicitações, denúncias e apelos. No caso de Luiza Maria da Conceição, a redução fenomenológica permitiu distinguir a angústia da autora - expressa pela mediação de terceiros.

Nesse sentido, reconhecendo que cabe ao historiador interpretar narrativas a partir das evidências documentais e narrativas disponíveis, considerando o tempo histórico e o espaço social em que se inserem, a fenomenologia, agindo como um aporte teórico-metodológico, contribui para a análise crítica das fontes. Conforme a pesquisadora Elza Dutra informa: “[...] a narrativa, em vez de ser uma lembrança acabada de uma experiência, se reconstrói à medida em que é narrada” (p. 373). Trata-se de um recurso que possibilita compreender os fenômenos tal como se apresentam à consciência, partindo das experiências empíricas mediadas pela intencionalidade dos sentidos humanos (Dutra, 2002; Gomes, 2010).

A articulação entre fenomenologia e historiografia revela-se, assim, frutífera por oferecer ao pesquisador instrumentos para lidar tanto com o distanciamento temporal entre o observador e os documentos quanto com as ambiguidades próprias da investigação histórica (Gomes, 2010, p. 3). Em contrapartida, Jaran-Duquette (2011) questiona de que forma a fenomenologia aplica-se à investigação histórica, seja para compreender o sentido da história ou para examinar os pressupostos da pesquisa histórica.

O método fenomenológico pode ser entendido como uma “exploração objetiva da subjetividade”: reconhecendo que todo relato histórico é passível de múltiplas interpretações, mas, ao mesmo tempo, preserva o compromisso com a sua veracidade junto às evidências documentais. Nesse processo,

A narrativa histórica se caracteriza por um processo ativo, sistemático, criativo e exploratório de possíveis sentidos. Dilthey (1911/1992) o resume em três etapas: descrição, julgamento e narrativa. A essa tríade, a fenomenologia apresenta-se como

ferramenta atórica que auxilia o historiador a não confundir seu sentido com os possíveis sentidos emergentes das ações descritivas (redução fenomenológica), fazendo da sua narrativa (interpretação) um exercício de compreensão (hermenêutica) (GOMES, 2010, p. 5).

Nesse horizonte, a fenomenologia pode operar em duas dimensões: como recurso apodíctico, ao evidenciar o que se mostra nos documentos e fatos consolidados, e como recurso assertórico, ao sustentar interpretações ancoradas nas experiências narradas pelas fontes.

Assim, a fenomenologia oferece ao historiador meios para interpretar narrativas sem perder a tensão entre objetividade e subjetividade. Nesse horizonte, as cartas, ainda que marcadas pelas mediações da escrita, configuram-se como testemunhos centrais das dimensões individuais e da memória coletiva de uma época temporalmente distante.

A análise da violência praticada ao longo dos anos de conflito é aqui suscitada pelos escritos de Carl von Clausewitz, em sua obra *Da guerra* (1979), Hannah Arendt, em *Sobre a violência* (1994), Ian Morris (2015) e pela pesquisa de Joice Bernaski e Hélio Sochodolak (2018). Segundo Clausewitz (1979), “a guerra pode ser considerada como uma simples continuação da política por outros meios”. Nesse sentido, no campo de batalha, as forças em combate buscam impor sua vontade política por meio da vitória, alcançada tanto pela neutralização das forças inimigas quanto pela sua completa eliminação. Em síntese, a violência aparece como meio indispensável à guerra e, ao mesmo tempo, como fim último do conflito, pois a resolução bélica é, em essência, sempre violenta, variando apenas em sua intensidade. Como ressalta Clausewitz (1979, p. 75), “a guerra é um ato de violência e não há nenhum limite para a manifestação dessa violência. Cada um dos adversários executa a lei do outro, donde resulta uma ação recíproca que, enquanto conceito, deve ir aos extremos”.

Contudo, Clausewitz (1979) reconhece que a guerra não deve ser compreendida em termos absolutos, pois fatores políticos condicionam seus limites e objetivos:

[...] a guerra nem sempre deve ser considerada como um caso absoluto (...) e qualquer ato de guerra deixa assim de estar submetido às leis estritas que impelem as forças aos extremos (...). Desse modo, o objetivo político como móbil inicial da guerra fornece a dimensão do fim a atingir pela ação militar (p. 79-80)

A partir disso, observa-se que a dimensão política constitui o princípio organizador da guerra, funcionando como força que direciona tanto o crescimento da violência quanto os limites impostos a ela.

O historiador e arqueólogo Ian Morris (2015) em sua busca de entender o sentido do conflito armado, traçou uma historiografia da guerra a fim de entender suas verdadeiras finalidades, especialmente as consequências surgidas no pós-guerra, implicando que a atividade bélica ocasiona em uma organização social - apesar do horror intrínseco à guerra. Paradoxalmente, Morris (idem, p. 271) implica que “A guerra tem produzido sociedades maiores, controladas por governos mais fortes, que impuseram a paz e criaram as condições para a prosperidade”. Esse raciocínio age em colaboração com as ideias de Clausewitz (1979), onde a violência do conflito não é um fim em si mesma, mas um instrumento submetido a objetivos políticos, assim como corrobora com as análises de Bernaski e Sochodolak sobre o caso brasileiro, onde a violência aparece como elemento estrutural, responsável por construir estruturas, conjunturas e cotidianos, sendo intrínseca a vida social, aparecendo de forma física ou simbólica (2018).

Nesse ponto, Hannah Arendt (1994) oferece uma reflexão distinta: para a autora alemã, embora dialogue implicitamente com Morris (2015) e Bernaski e Sochodolak (2018) sobre a natureza instrumental da violência, sendo ela (a violência) incapaz de gerar um poder duradouro; ela apenas o destrói. Diferentemente do traçado, o poder se sustenta no consentimento, a violência depende continuamente do uso da força, de armamentos e de mecanismos de coerção. Assim, ela nunca convence, apenas obriga; aparecendo onde o poder está em risco e sua aplicação resulta na desapareção sistemática do poder.

A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desapareção do poder. Isto implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não-violência; falar de um poder não-violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo (Arendt, 1994, p. 41).

A reflexão de Hannah Arendt (1994) amplia a discussão iniciada por Clausewitz (1979) e Morris (2015), deslocando o foco do campo de batalha para a esfera política e social.

Ao compreender a violência como sintoma da perda de poder e não como instrumento legítimo, sua perspectiva ajuda a interpretar a coerção imposta pelo Império brasileiro sobre os súditos civis. Essa leitura se torna relevante para compreender as cartas paulistas, nas quais o poder do Estado se manifesta como força coercitiva e não como consenso.

No campo de batalha, Arendt destaca a presença inevitável da arbitrariedade e do inesperado, fatores que limitam a previsibilidade de qualquer planejamento bélico. Consonante a Clausewitz (1979) e Morris (2015), a guerra constitui a forma mais radical da violência. Contudo no contexto do século XX, marcado pela corrida armamentista e pela produção de armamentos com potencial suicida, como a bomba atômica. É nesse ponto que o pensamento de Hannah Arendt (1994) se distancia de Clausewitz (1979) e Morris (2015) e se aproxima de maneira ainda mais aplicável ao contexto da Guerra contra o Paraguai, onde, apesar da esmagadora vitória bélica do Império Brasileiro, entende-se que a guerra marcou o início do fim das estruturas políticas, econômicas, sociais e ideológicas que sustentavam a presença da coroa Imperial no Brasil (Chiavenato, 1993; Schwarcz, 1998; Rodrigues, 2009; Silva, 2021; Doratioto, 2022).

Nesse sentido, voltando ao contexto da metade do século XIX, delimitando-se a Guerra contra o Paraguai (1864-870), o presente também terá apoio majoritário nos trabalhos bibliográficos de Francisca Ferrer (2005, p. 121 – 130), Marcelo Rodrigues (2009), Beatriz Tavares Alves e Silva (2021) e Francisco Doratioto (2022), que elaboraram a sucessão dos fatos da Guerra contra o Paraguai, suas interpretações e o seu legado. Por se tratar da maior guerra travada em toda a América Latina, o conflito foi bastante estudado em diversos momentos da história nacional (Maestri, 2009; Silva, 2021, p.15), além de contar com perspectivas amplas que diferem em cada um dos países que participaram da guerra.

Chiavenato (1993), apesar de escrever em uma ditadura, consegue fazer um revisionismo que expõe o imperialismo da coroa brasileira em países vizinhos e a violência imposta nos campos de batalha. Conforme explicita Maestri (2009) “Chiavenatto desconstruía a grande narrativa militar-patriótica da história do Brasil [...] apresentando a guerra como agressão do Império contra a nação e o povo paraguaio.” (p. 12) sendo o trabalho seu trabalho responsável por buscar história centrada na população paraguaia, isto é, nos camponeses, soldados e escravizados, e não somente nas elites políticas: “Genocídio Americano foi o

primeiro trabalho historiográfico brasileiro a realizar crítica geral desde a ótica das populações envolvidas no confronto” (Maestri, 2009, p. 13). Ao aprofundar a dinâmica dos fatos que antecederam ou ocorreram em paralelo e sucederam à Guerra contra o Paraguai, Francisco Doratioto (2022), em seu livro *Maldita Guerra*, captura o momento amplamente, destacando as influências políticas externas que interferiram significativamente ao longo do conflito e as discussões políticas que sucediam-se consonante a Guerra contra o Paraguai, assim como as relações de poder entre as lideranças militares da Tríplice Aliança. Contudo, Ferrer (2005) e Rodrigues (2009) vão partir para analisarem pontos que passaram despercebidos e inseri-los em debate, como, por exemplo, a própria (re)organização das tropas brasileiras no momento em se estoura o combate e como ocorreu a chegada daqueles homens que foram para as linhas de frente e voltaram ao fim da guerra, inválidos e/ou sem receber o arrimo prometido, partindo de uma análise baseada em recortes de jornais, cartas e os debates presentes na capital do país na época, isto é, o Rio de Janeiro, e outras regiões, como Desterro.

Acerca da província de São Paulo, a pesquisa *Os Impactos da Guerra contra o Paraguai na província de São Paulo*, da historiadora Beatriz Silva (2021), traz consigo dados delimitados mais sólidos. Silva (2021) enfatiza como o recrutamento compulsório, a economia de abastecimento e a política fiscal atingiram desproporcionalmente as camadas populares, enquanto a elite provincial soube proteger seus interesses e até lucrar com o conflito. Esse quadro dialoga diretamente com a presente pesquisa, que, a partir da escrita epistolar, evidencia como essas dinâmicas se refletiram na vida privada, revelando o sofrimento cotidiano de famílias paulistas diante da coerção militar e da violência estatal. Enquanto Silva (2021) ressalta o papel dos jornais e relatórios na legitimação das desigualdades sociais, este trabalho privilegia as cartas como testemunhos de memória e resistência, articulando experiências individuais ao processo estrutural que consolidou a hegemonia política e econômica das elites durante e após o conflito.

2 A TEMPESTADE ALÉM DO PRATA

2.1 A PROVÍNCIA PAULISTA EM MEIO A GUERRA CONTRA O PARAGUAI

A Guerra contra o Paraguai (1864-1870) deixou fissuras abertas nos países sul-americanos beligerantes — embora, inegavelmente, o país mais afetado tenha sido o Paraguai, sendo este palco majoritário do conflito, a guerra estendeu-se para espaços muito distantes dos acampamentos, das trincheiras e dos campos onde ocorreram choque de espadas. Afetando, como consequência, espaços sociais e domésticos mediante alistamentos compulsórios e atos inconstitucionais — envolvendo o alistamento de homens previamente dispensados do serviço militar devido a sua idade ou condição financeira, e, apesar de tudo, o não cumprimento com o pagamento de homens que foram a guerra e voltaram inválidos (Rodrigues, 2009; Silva, 2021).

Schwarcz (1998), ao tratar da estrutura militar do exército brasileiro a partir da ocupação brasileira no Uruguai ao estouro da Guerra contra o Paraguai, destaca a expressão numérica do exército brasileiro e, em sua perspectiva, um “sentimento patriótico em participar do conflito”.

A evolução numérica do exército brasileiro é também clara: 18 mil recrutas em 1865; 67365 em 1866; 71039 em 1867; 82271 em 1869. Apesar de contar apenas com a Guarda Nacional (criada em 1831 e reorganizada em 1850), o Exército imperial ganhava corpo rapidamente a partir de poucas convocações compulsórias e do alistamento voluntário, que foi mais evidente durante o primeiro ano da guerra, quando a participação no evento era considerada um grande ato de patriotismo; uma verdadeira “cruzada patriótica” (Schwarcz, 1998, p. 303).

Essa colocação pondera a busca de homens para participar da Guerra contra o Paraguai como algo que não suscitou maiores preocupações ao governo imperial pois o alistamento para enfrentar a ameaça paraguaia crescia de maneira significativa, principalmente o alistamento voluntário após a campanha dos “Voluntários da Pátria”, além de minimizar os atos de alistamentos compulsórios por serem considerados poucos. Estando, Controlados apesar das circunstâncias. Ao considerar a demografia populacional do Brasil à época em consideração com os outros países beligerantes na Guerra contra o Paraguai, conforme explica

Doratioto (2022)³, nota-se que o aumento de homens presentes no exército partiu dessa vantagem populacional.

A pesquisadora Francisca Ferrer (2005) complementa essa questão ao demonstrar como o exército brasileiro estava mal preparado para o conflito e dependente da Guarda Nacional. Conforme a pesquisadora explica, “O Exército Brasileiro, antes do conflito, encontrava-se marcado por problemas de recrutamento irregular e treinamento insuficiente, comprometendo sua capacidade operacional” (Ferrer, 2005, p. 122). Dessa maneira, apesar da superioridade demográfica, era evidente a existência da clara necessidade de uma reorganização das forças militares brasileiras.

Para Francisca Ferrer (2005), as dificuldades iniciais da logística de recrutamento, entrega de suprimentos e a dependência do uso da força de milícias regionais incentivou para que o Império brasileiro fizesse com que o exército reorganiza-se diante do teatro de guerra desproporcional, que até aquele momento estava favorável para as forças de Solano López, que contava com um número maior de homens mais bem treinados (Chiavenato, 1993; Ferrer, 2005; Doratioto, 2022).

Nesse sentido, a (re)organização das forças armadas não ocorreu de maneira singular, variando de província a província (Rodrigues, 2009; Doratioto, 2022).

Em São Paulo, de acordo com a historiadora Beatriz Silva (2021), a Guerra contra o Paraguai provocou mudanças drásticas nas estruturas de alistamento ao serviço militar, sobretudo com o destacamento de uma conjuntura explicitamente violenta. De acordo com Silva, “A principal prática que ocasionou mudanças tem como pilar o recrutamento forçado à base de violências e abusos [...]” (2021, p. 51). A imposição do serviço militar sob a justificativa de suprir o exército brasileiro no presente cenário bélico de homens teve foco: o homem pobre livre.

A prática de recrutamento que garante o suprimento humano do exército corporifica a violência social velada das elites contra a população mais desprovida, em violência institucionalizada, notadamente contra os homens livres pobres. [...] Todavia, a

³ “Quanto maior o número de habitantes de um país, tanto maior sua capacidade de ampliar o exército em caso de guerra. Os efetivos do Exército paraguaio na tabela acima já são os resultantes da mobilização militar em fins de 1864, sendo reduzida a capacidade de ampliá-los, no futuro, em comparação com a Argentina e o Brasil” (Doratioto, 2022, p. 101).

violência naturalizada - e irracionalizada - presente no padrão de sociabilidade interno a um grupo se difere da violência racionalizada e praticada pelos agentes de Estado durante a Guerra. Essa última não envolve disputas para guardar a honra, o sustento ou a sobrevivência, mas, sim, meios de subjugação de camadas privilegiadas sobre camadas pobres, a fim de que estas cumprissem os interesses defendidos por aquelas. Nesse contexto, a população é levada ao desespero e procura se utilizar de vários meios para se ver livre de tal brutalidade. As condições oferecidas aos praças *pret* recrutados tampouco amenizavam a situação: "os soldos eram ínfimos e os castigos corporais bárbaros e frequentes" [...] (Silva, 2021, p. 56-57).

A violência imposta na província paulista de maneira estrutural, conforme exposta pela pesquisadora Beatriz Silva (2021) teve como consequências ondas de fugitivos⁴, perseguições políticas⁵, apadrinhamentos⁶ e desconsideração da constituição sob o pretexto de arregimentar homens para o combate no Paraguai⁷. Após os momentos iniciais da campanha de alistamentos, com as tentativas de incorporar homens ao serviço militar pelo incentivo financeiro (Doratioto, 2022, p. 123) e destacamento de lotes de terras aos homens livres e da mobilização de escravos (Silva, 2021, 123),

⁴ Homens fugiam para o mato a fim de fugir do alistamento coercitivo, surgindo assim o ditado "Deus é grande, mas o mato é maior"; conforme explica Beatriz Silva (2021, p. 76): "Uma vez que as isenções legais deixaram de ser respeitadas, aqueles que não possuíam apadrinhamento corriam para o mato a fim se verem livres da Guerra. Eles saíam de seus locais de habitação, deixando família, negócios e/ou plantação, para procurar atividades em lugares remotos e de difícil acesso, como na abertura de estradas, que ocorria em zonas não exploradas e tampouco vastamente habitadas, e na construção da Estrada de Ferro."

⁵ "Doratioto menciona ainda a perseguição comandada pelo Barão de Itaúna, presidente da Província, entre 26 de agosto de 1868 a 25 de abril de 1869. Segundo o autor, o Barão incentivava uma verdadeira "caça" aos liberais (Silva, 2021, p. 61 - 62).

⁶ "Apesar das perseguições, os homens livres pobres resistiam à sua maneira, encontrando artifícios para tentar se livrar da sina que a eles fora imposta e se defender da perseguição do recrutamento. Por essa razão, deixavam de frequentar espaços públicos, abandonavam suas casas e seus ofícios para se refugiar no mato ou procuravam senhores aos quais poderiam se apadrinhar, o que alimentava a dinâmica de dominação fomentada pela elite, fortalecendo-a" (Silva, 2021, p. 86).

⁷ Conforme será demonstrado no testemunho epistolar de Ana Maria Conceição que buscava trazer para casa seu marido, Luiz Gavião, arregimentado irregularmente para o conflito.

O empenho colocado na busca por homens que seriam destacados ao *front* era desmedido, ocorrendo cercos de espaços públicos e privados em eventos para o alistamento coercitivo.

Eram comuns, ainda, os relatos de recrutamento nas festas da cidade, onde os homens se reuniam. Em 10 de agosto de 1865, o leitor Damião relata essa prática na festa religiosa de Pirapora: músicos tocando, gente jogando cartas, reboliço por toda parte, fogos. "Quando foi a meia noite para o dia, o pessoal se escafedeu, por causa de um ruge ruge que o sr. Capitão vinha apimentar a festa com um recrutamento (...)". A invasão de estabelecimentos públicos e privados por parte de recrutadores também era frequente. Episódios de invasões a casas de família e a igrejas em plena missa chocavam a população da época. No primeiro caso, a indignação repousava sobre o fato de as invasões ocorrerem em plena noite – o que, aliás, era proibido por decreto –, retirando os homens de seu leito para serem arrolados. No segundo caso, a consternação se dava em razão de a igreja ser um lugar sagrado e de a cerimônia religiosa uma prática quase obrigatória de sociabilização: consistia no momento para ver e ser visto, sobretudo de parte de famílias que pretendiam sustentar seu status social. Em Cotia, em 1867, há denúncias enfáticas no Diário acerca da invasão de oficiais na Igreja da cidade, em plena missa, buscando recrutar todo homem ali apto a servir o exército (Silva, 2021, p. 65).

As campanhas de alistamento resultaram na formação do 7 corpo de Voluntários da Pátria, saindo de São Paulo em 10 de abril de 1865 com destino a Cuiabá, recebendo reforços de outras colunas de outras regiões, a fim de retomar a província do Mato Grosso tomada pelas forças de Solano López (Doratioto, 2022, p. 130-131).

Em síntese, torna-se evidente que a violência exercida em São Paulo apresentou-se de forma direcionada aos homens livres e escravos, sendo aplicada de maneira estrutural e impactando profundamente a dinâmica da província naquele contexto (Beatriz, 2021). Em um primeiro momento, pode-se argumentar que a violência chegou a orientar a organização militar em curto e médio prazo - conforme apontou Morris (2015) acerca das características da guerra; entretanto, em uma perspectiva de longo prazo, revelou a fragilidade do poder imperial e os sinais iniciais de sua decadência - sentidas posteriormente nas conjunturas do pós-guerra (Rodrigues, 2009; Doratioto, 2022). Em vista disso, realça-se a ainda presente dificuldade em mensurar a dimensão da violência praticada dentro da conjuntura da Guerra

contra o Paraguai e dos anos que se sucederam após o conflito. Nesse sentido, o diálogo entre fenomenologia e história oferece um aporte fundamental para compreender os testemunhos epistolares não apenas como registros factuais, mas como manifestações da experiência vivida e percebida pelos sujeitos históricos da temporalidade delimitada. Assim, ainda que mediados pela escrita, esses testemunhos possibilitam apreender os modos como a guerra foi sentida, narrada e ressignificada nos seus cotidianos, oferecendo um aprofundamento singular como será evidenciado nas cartas selecionadas e analisadas, as quais oferecem um panorama das experiências vividas ao longo da guerra e do pós-guerra contra o Paraguai.

2.2 VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA: O APELO AO PATRIOTISMO

Em primeiro momento, a criação dos Voluntários da Pátria pelo decreto de 7 de janeiro de 1865, teve como propósito suprir as necessidades emergentes do conflito. O episódio evidencia as problemáticas enfrentadas naquele momento inicial da Guerra contra o Paraguai — desde as dificuldades logísticas de comunicação com a província de *Matto Grosso*, invadida pelas tropas de Solano López, até a movimentação de contingentes para a defesa do território imperial. As medidas adotadas para conter o quadro de desorganização articulam-se com as reflexões de Ian Morris (2015), para quem os momentos de guerra, embora tragam consigo flagelos, paradoxalmente estimulam avanços institucionais e mecanismos de organização e segurança (2015).

Para promover ampla mobilização social, o recrutamento dos Voluntários da Pátria recorreu a discursos de forte apelo ao patriotismo, na tentativa de suscitar uma união nacional que persuadisse homens de diferentes regiões do Brasil a se engajarem na defesa contra a invasão paraguaia. Como destaca Schwarcz (1998, p. 303), o maior símbolo desse movimento foi a própria figura do imperador, que, ao deslocar-se até Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, alistou-se simbolicamente como o primeiro voluntário (Schwarcz, 1998; Doratioto, 2022).

No caso da província de São Paulo, conforme evidenciado anteriormente, a iniciativa buscou despertar o entusiasmo entre a população, sobretudo entre os segmentos de pobres livres. Exemplo disso foi o apelo lançado em 1º de março de 1865 pelo Quartel de Comando Superior da Guarda Nacional de Itapetininga, conclamando a população paulista à

mobilização armada com o objetivo de retomar Cuiabá, capital da província de Mato Grosso, então sob ocupação paraguaia. O documento, redigido em tom simultaneamente militar e patriótico, apropriou-se de um discurso de dever moral, que pode ser interpretado como um chamado a uma “guerra justa”.

Quartel do Commando Superior interior da G. N.^a de Itapetininga 1º de Março de 1865

Concidadãos Guardas Nacionais! O Governo Imperial acaba de fazer um apello ao vosso patriotismo e à nunca desmentida fidelidade dos descendentes de Amador Bueno. Nossos irmãos de Matto Grosso, vil e traiçoeiramente massacrados pelos selvagens do Paraguay, precisão mais que nunca de vosso auxilio e valor. Appressai-vos em inscreverem como Voluntarios da Patria – antes, do que serdes compelidos á fazer o que é do vosso dever. A liberdade dos filhos do – Ipiranga – e que caracteriza os successores dos varões da Independencia, não há de consentir que o odioso tyranno Lopes rompa o livro de nossas liberdades. Eu assim o espero dos meus patricios da Comarca. E pois, correi, e acudi ao reclamo do nosso bom Monarcha, e, appressando-vos em salvar aos nossos irmãos de Cuiabá, acreditai na sinceridade com que vos falla e convida o vosso commandante, que por vós sempre há de sacrificar. O Decreto de 7 de Janeiro, creando corpos de Voluntarios da Patria, offerece-vos attendiveis vantagens, que compensarão o sacrificio á que o nosso patriotismo nos chama. O Governo e todos contamos convosco: séde sempre os bons filhos da heroica Prova. de S. Paulo.–

Manoel Affonso Pereira Chaves

T.º C.º e Com.º Sup.º interino (DAESP, 1997b, p. 138)

A questão evidencia não apenas o apelo patriótico, mas também a evocação de episódios históricos que buscavam reforçar o sentimento de pertencimento entre os paulistas. Entre eles, a referência a Amador Bueno — líder paulista do século XVII, aclamado pelo povo em São Paulo como “rei” em 1641, mas que recusou a coroa em nome da lealdade à monarquia portuguesa — cuja memória foi mobilizada como símbolo de fidelidade à ordem imperial. Da mesma forma, os habitantes da província são celebrados como “filhos do Ipiranga”, em clara alusão ao papel central de São Paulo na independência do Brasil.

Outro recurso recorrente é a desumanização do inimigo, prática comum em períodos de guerra, que se manifesta de forma explícita na caracterização do presidente paraguaio,

Francisco Solano López, como um tirano, e de sua população como selvagem (APESP, p. 138). “O discurso entoado”, conforme aponta Beatriz Silva (2021, p. 80), era o da civilização contra a barbárie, representada pela República Guarani.

Além disso, emerge no documento um simbolismo de caráter paternalista. Diferentemente do tom beligerante das alusões históricas e da desumanização do adversário, o paternalismo aparece de forma mais sutil: sob o pedido de Dom Pedro I, retratado como “Bom monarca (sic)”, espera-se que os “bons filhos da heroica Prova. de S. Paulo” (idem, p. 138) atendam à súplica da pátria imperial. Esse chamado assume o caráter de um dever filial, associado à promessa de recompensa para aqueles que corresponderem ao sacrifício esperado em nome da nação.

Todos esses elementos, quando situados no contexto da Guerra contra o Paraguai, evidenciam a construção de uma narrativa em que o combate ao inimigo paraguaio é apresentado como responsabilidade cívica e obrigação moral dos súditos imperiais. Nessa perspectiva, o conflito é legitimado como uma “guerra justa”. Concomitantemente, verifica-se que o mesmo apelo patriótico se repete em outras epístolas, revelando a recorrência desse padrão retórico.

Illmo. e Exmo. Snr. Conselheiro

Com datta de 2 do corr. dirijo-me a VEx.^a, o que confirmo. Prosseguindo em criar recursos para facilitar a organização do Corpo de Voluntários da Pátria, apelei para o Snr. Ten.^e reformado, José Vicente Salles, que mora actualmente na Cidade da Constituição, para servir de instructor apenas eu recebesse armas e desse princípio a reunir os Cidadãos inscriptos Como Voluntários da Pátria. Respondeu-me o Snr. Ten.^e, que com gosto acudiria ao meu chamado, se não tivesse se derigido antes a VEx.^a oferecendo os serviços. A VEx.^a pode-lo dispensar acho isso conveniente, pois que o Snr. Tenente Salles he um official honrado e instructor practico que muito me poderá coadjuvar, visto ter elle ha annos rezidido nestas paragens, e ser conhecido e m.to estimado por m.to dos nossos Patricios.

Esperando a determinação de VEx.^a

Sou Com Consideração e respeito

Fazenda Ybicaba 8 de Fevr^o 1865

“Ilmo” e Exmo” Snr. Conselheiro
Dr. João Cryspianiano Soares
Mto. D. Prez.º da Provincia (DAESP, 1997b, p.
De VEx.^a
Respeitador e Obrigado
José Vergueiro (DAESP, 1997b, p. 139)

A carta de José Vergueiro a João Cryspianiano Soares, escrita ainda em 1865, apresenta um tom menos solene que a proclamação anterior, mas igualmente atravessado pelo discurso de mobilização patriótica. O texto evidencia o esforço prático de organização do Corpo de Voluntários da Pátria, com a indicação de um instrutor militar — José Vicente Salles — responsável por treinar os cidadãos recém-alistados. A carta revela, nesse sentido, uma dimensão burocrático-logística da guerra: escassez de recursos, necessidade de instrução, dependência de autorização governamental. Ainda assim, essa linguagem administrativa é permeada por um apelo ao dever cívico, que se expressa na valorização do prestígio e da honra do instrutor, descrito como alguém “estimado por nossos patrícios”.

Comparada ao primeiro documento, o testemunho de Vergueiro mostra como o patriotismo operava em diferentes registros: de um lado, o apelo grandioso à memória coletiva e à lealdade paulista ao Imperador; de outro, a urgência concreta de recrutar, treinar e disciplinar homens comuns para compor os corpos de Voluntários da Pátria. Ambos os níveis se complementam, pois a retórica do sacrifício e da defesa dos “irmãos de *Matto Grosso*” conferia legitimidade às ações locais de organização militar, como as relatadas na carta.

Esse cruzamento de esferas não se tratava apenas de um conflito externo, mas de um fenômeno capaz de reconfigurar relações sociais, redes políticas e hierarquias locais (Gomes, 1998; Dutra, 2010; Silva, 2021). A correspondência de Vergueiro exemplifica de modo claro como a escrita epistolar mediava as relações entre o poder central e as elites provinciais, desempenhando papel crucial no processo de transformar indivíduos dispersos em sujeitos de uma causa nacional.

Assim, se na primeira carta o tom predominante era o da proclamação mobilizadora, aqui observamos a tradução prática desse patriotismo em formas concretas de engajamento — a designação de instrutores, a criação de corpos locais, a tentativa de converter o alistamento

em performance de unidade cívica. Juntos, os dois textos demonstram a dimensão performativa da escrita epistolar: não apenas informavam, mas buscavam moldar comportamentos, alinhar afetos e instaurar uma disciplina social em nome da pátria.

Sob essa perspectiva, a campanha de alistamento de homens na província de São Paulo teve início de forma efervescente, impulsionada pelas promessas de recompensas financeiras e pela concessão de terras aos súditos que atendessem ao chamado do Império e se destacam no esforço de guerra. Entretanto, como aponta Silva (2021), a adesão ao voluntariado apresentou-se de maneira oscilante nas diferentes localidades paulistas, revelando tanto os limites quanto as contradições dessa política de mobilização, conforme será demonstrado no caso a seguir.

2.3 ENTRE PEDIDOS E RESPOSTAS: LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO PEDE A VOLTA DE SEU MARIDO

A coerção ao serviço militar na província de São Paulo foi tocada em tom de ironia e protesto pelo *Jornal Diabo Coxo* (1865, n.6, Série II), entretanto, ela representava um sério problema para o Império, que, naquela altura, necessitava de homens para travar a guerra contra o Paraguai. Como aponta o historiador Francisco Doratioto (2022), a questão era tacitamente discutida no Senado:

O barão de Cotegipe, do Partido Conservador, ao discursar, em junho de 1868, na tribuna do Senado afirmou que estava arrefecido o ânimo popular com a guerra, o que obrigou o governo ao emprego de “meios ainda mais vigorosos” para levantar as forças que, antes, eram obtidas por “meios ainda mais brandos e suaves (p. 293).”

Em virtude das intenções do império em aumentar a capacidade de homens a seu dispor nos contingentes do exército, sucedeu-se um alistamento repressivo que, como será mostrado no caso de Luiza Maria da Conceição e Luiz de Moura Gavião, ultrapassou os limites de sua própria legislação e, consequentemente, os direitos dos seus cidadãos.

Luiza Maria da Conceição solicitou a baixa de Luiz de Moura Gavião, seu marido designado a servir na Guerra do Paraguai marchando com a Guarda Nacional, no dia 4 de

julho de 1867. Em nenhum momento é feita referência à idade do casal, e as justificativas para a isenção de Luiz Gavião no prestamento das armas transcorrem de acordo com as trocas de cartas de Luiza da Conceição e os departamentos referentes ao exército brasileiro – sendo a base da solicitação o matrimônio entre ambos: “A suppe. apresenta sua certidão de casamento com o referido Guarda Nacional designado (DAESP, 1997b. P. 150)”. De acordo com o art. 28º da Lei de 18 de agosto de 1831 (Câmara dos deputados), que implementou e consolidou a Guarda Nacional em todo o solo nacional, Luiz de Moura Gavião não poderia ser dispensado do serviço unicamente por ser casado, podendo voltar para sua moradia e os braços da sua amada caso apresentasse provas da sua necessidade em abster-se do serviço militar. Sua inserção era garantida pelas instruções de guerra aplicadas em 10 de junho de 1822 que determinava, sob o argumento de representarem o único arrimo da casa, serem “[...] isentos do recrutamento os homens casados [...] (1887, p. 57).”

A solicitação obteve uma resposta rápida que foi direta em relação à atual situação do esposo de Luiza Maria: “Assentou praça, digo foi incluído (sic) a 18, e marchou para o Exército (sic) a 21, tudo de junho findo (DAESP, 1997. p. 151)”. A agilidade com a qual foi feita a sua mobilidade, conforme explica a historiadora Francisca Carla Ferrer, possivelmente consagrou-se em virtude da necessidade em reorganizar homens nas linhas de combate do império para o enfrentamento do exército paraguaio, que, naquela altura, contava com 80.000 homens à disposição - em contraste com os 24.000 homens à disposição do lado brasileiro (2005, p. 124 e 125).

Após a resposta da situação de seu esposo, Maria da Conceição, “por não saber nem ler e escrever (DAESP, 1997b. p. 152)” recebeu apoio de Jacintho M.a P.a Luz que assinou a seguinte carta enviada a Vossa Majestade, sendo eloquente ao evocar, de maneira direta, as necessidades vividas por Maria da Conceição para justificar a volta de seu esposo em casa novamente:

Diz Luiza Maria da Conceição que tendo sido designado para ir para o Sul como Guarda Nacional o marido da Suppte. De nome [...] Luiz de Moura Gavião, e remetido (sic) pa. esta Corte há mais de um mez (sic), e como na forma da lei o marido da Suppe. Se acha izempto (sic) por ser cazado (sic); vem a Suppe. muito respeitosamente pedir a V. M. Imperial se digne mandar que se dê baixa no mesmo, cazo (sic) já tenha sido considerado praça do Exército (sic), acrescentando mais que a

Suppe. Não tem parente algum que a socorra na probreza em que vive achando-se enferma e proxima a dar a luz [...] (DAESP, 1997b. p. 152)

A solicitação foi atendida pelo exército no dia 21 de junho de 1867 apenas mediante a apresentação e reconhecimento do testemunho do reverendo Antonio Guimarães Barrozo, “Presbytero e Vigario Collado da Parochia do Senhor Bom Jesus do Livramento da Cidade do Bananal, na província de S. Paulo”, que enviou, com sua assinatura, o certificado do casamento entre Luiza Maria da Conceição e Luiz de Moura Gavião ocorrido no dia 5 de maio de 1867 na paróquia da cidade do Bananal sob a testemunha de seus pais, também moradores da comunidade (DAESP, 1997b. p. 153).

A última carta, no entanto, não indica explicitamente o retorno do esposo de Luiza Conceição. Apenas reconhece a legitimidade das assinaturas apresentadas.

Rs 200
Pago as custas no Rio
22 de Junho de 1867
Gurgel Damião Nascentes
Vigario Antonio Guimarães Barrozo

Reconhecemos que a assinatura supra é a propria (sic) e verdadeira do Reverendo Antonio Guimarães Barrozo Vigario (sic) da Cidade de Bananal, de S.Paulo.

Rio de Janeiro 21 de Junho de 1867 (DAESP, 1997b, p. 153)

A resposta é implícita; sugerindo que o retorno de Luiz Gavião estava condicionado à apresentação de documentos que comprovem a ilegitimidade de sua convocação.⁸ No entanto,

⁸ A ausência de referências sobre idade, corpo, condições físicas ou subjetivas é significativa. É um olvidamento típico dos arquivos estatais. Uma abordagem embasada na fenomenologia da escrita epistolar destaca justamente o contrário: que a carta é um “retorno ao vivido”, ao corpo vulnerável, à experiência temporal concreta que os registros oficiais tentam abstrair. Assim como em seu caso é perceptível o descompasso entre a temporalidade institucional, isto é, a “necessidade do império” e a temporalidade vivida por Luiza Conceição, que experimenta a ausência do marido como ruptura, incerteza e angústia - dessa forma, a fenomenologia amplia olhares para essa fratura entre o tempo objetivo e o tempo vivido.

a ambiguidade e a falta de uma resposta definitiva sobre o destino de Luiz Gavião lançam dúvidas consideráveis sobre a eficácia desse processo: a ausência de uma conclusão clara sugere que o sistema de verificação e resposta às alegações de ilegitimidade pode ter sido inadequado ou lento, deixando espaço para a possibilidade de que Luiz Gavião, em virtude da narrativa cronológica exposta por Francisco Doratioto (2022), que revela a chegada, entre as datas de 13 e 19 de Julho de 1867, do 3º Corpo de Exército com pouco mais de 6 mil homens organizado com muita dificuldade no Rio Grande do Sul – mesma região para onde Luiz Gavião foi enviado – pelo General Osório ao acampamento aliado no Paraguai (2022, p. 602), tenha permanecido involuntariamente na guerra (sendo concluída somente em 1870) ou até mesmo falecido – tornando sua esposa, que declarou encontra-se em situação de miséria, grávida e dependente do arrimo que seu marido trazia para casa, em viúva⁹.

3 MEMÓRIAS DO PÓS-GUERRA CONTRA O PARAGUAI

3.1 PROMESSAS FRUSTRADAS

Ao fim da Guerra contra o Paraguai, que encerrou-se em 1870, a balança econômica do Império era marcada por dívidas externas pesadas. Com destaque as pendências com a Inglaterra, que serviu como financiadora do cenário bélico ao conceder empréstimos constantes à coroa brasileira ao longo dos seis anos de conflito. Contudo, mesmo após anos do fim da guerra e com a soberania do Império estabelecida na região do Prata - apesar das investidas argentinas que suscitava novos debates acerca do futuro do Paraguai -, a maior guerra da América Latina continuou a gerar flagelos na sociedade brasileira do século XIX. Com o Império ainda possuía pendências a cumprir com os homens enviados ao conflito no país guaraní.

⁹A experiência vivida por Luiza corresponde ao que Jaran-Duquette (2011) descreve como o modo fenomenológico de acesso à história: não como fato concluído, mas como indeterminação vivida, um correlato intencional sempre marcado por expectativas incompletas. A ausência de resposta do Estado produz exatamente essa historicidade originária — feita de lacunas, espera e angústia — que constitui a forma concreta pela qual a história se doa à consciência.

Nesse contexto, os testemunhos epistolares de Joaquim Antonio de Oliveira e Vicente José de Sant'Anna destacam-se com ênfase no questionamento central do presente trabalho.

O testemunho mostra um pedido de Vicente José de Sant'Anna, ex-praça do Corpo de Voluntários, para receber as terras que lhe eram devidas conforme o Decreto nº 3.371 de 7 de janeiro de 1865, que previa prêmios em terras aos que se alistarem. O documento contrasta com os discursos inflamados de apelo ao patriotismo que vimos nos apelos iniciais. Se em primeiro momento a escrita epistolar era usada como estratégia de mobilização, agora ela se transforma em instrumento de cobrança e legitimação de promessas não cumpridas pelo governo.

Rio de Janeiro 2 de Setembro de 1870

Nº. 15916

À Thesouraria da Fazenda para informar.

Palacio do Governo de S. Paulo 9 de Setembro de 1870

Int.^a a Contad.^a Theso.^a de Sp. 10 de 7bro. 70

Az.^a Marq.

Haja vista o Sr. Fiscal Thesour. de S. P. 14 de 7bro. del870

Az.^a Marq.

Illm.^o Exm.^o Snr. Presidente da Provincia de S. Paulo

Em virtude de Ordem de S. Ex.^a o Snr. Ministro da Guerra tem o abaixo assignado a honra de remetter a V. Ex.^a o Snr. Presidente da Provincia de S. Paulo o incluso requerimento de expraça do extinto 35 de Voluntarios Vicente José de Sant'Anna afim de que V. Ex.^a se digne tomar a pretensão do supplicante na consideração que merece.

Deus Guarde a V. Ex.^a

No Impedim^{to} de hua L.^d o Snr Ten.^c Gl.^a Ajud.^t

Manoel Roiz. Barros Fon^{te} Brito

Coronel Com^{te}: Chefe de Secção [...] (DAESP, 1997b, p. 158)

Esse deslocamento evidencia o caráter paradoxal da guerra: enquanto o discurso oficial exaltava o heroísmo dos voluntários e sua fidelidade à pátria, na prática muitos desses homens enfrentavam a precariedade do pós-guerra e precisavam recorrer à justiça para

garantir compensações mínimas.¹⁰ O documento segue evidenciando que o ex-praça obteve resposta sobre o requerimento de comprovar os seus serviços militares.

Para que o Exm.º Snr. Presidente possa deferir o incluso requerimento de Vicente José de Sant’Anna, ex-praça do Corpo de Voluntários, é necessario que este apresente seu título d’escusa.

S. Paulo 15 de Setembro de 1870

Aguiar

Na forma do Art. 2º Decreto N.º 3.371 de Janeiro de 1865, terá o Voluntario da Pátria, quando der baixa, o prazo de terras ali declarado, nas Colonias militares ou agricolas. Por Avisos do Ministerio da Guerra tem sido mandado dar taes prazos de terras na Colonia Militar do Itapura, designando esses Avisos os individuos que a elles tem direito. O requerim^{to} junto ao ex-praça de que se trata deve exprimir como titulo de escusa o direito que tem ao prazo de terras, o qual deverá apresentar, e se houver determinação do Governo geral para serem dados os prazos esperanças, pela Presidencia da Provincia, neste caso dever-se-ha fazer effectivo aquelle favor.

Confirmo Contas a Fas.^a de S. Paulo 14 de Setembro de 1870

Lourenço (DAESP, 1997b, p. 158)

O documento em questão evidencia de forma clara o que Dutra (1998) e Gomes (2010) apontam como o descompasso entre a memória oficial e a experiência social: de um lado, a celebração nacional de seus heróis; de outro, a realidade das promessas não cumpridas, que expõe tensões e fissuras na sociedade. A carta também reforça o que a aplicabilidade da fenomenologia para análise da escrita epistolar, pois, mesmo marcada por uma formalidade burocrática, carrega fragmentos de subjetividade e de memória, revelando o esforço individual de se inscrever no reconhecimento do Estado, sendo necessária uma nova luta, a do reconhecimento dos seus direitos.

¹⁰A carta de Vicente José de Sant’Anna evidencia aquilo que é identificado como o caráter discursivo e performativo da escrita epistolar: mais do que narrar fatos, ela constrói uma narrativa que se apresenta como credor do Estado e sujeito lesado após a guerra (MARTINS, 2020). Dessa maneira, o documento funciona como narrativa de si, na qual o remetente elabora sua identidade diante da autoridade, produzindo “impressões” destinadas a legitimar seus direitos (MARTINS, 2020).

Em consonância ao testemunho de Vicente José de Sant'Anna, o ex-praça Joaquim Antonio de Oliveira demonstra uma experiência semelhante.

Joaquim Oliveira assentou praça no 35º Corpo de Voluntários da Pátria e marchou em direção à Guerra contra o Paraguai. Apesar de retornar para casa, vitorioso do conflito, dentro do cenário do pós-guerra, Joaquim Oliveira precisou esperar mais alguns anos até que recebesse as recompensas que o incentivaram a marchar para o país guaraní, como demonstrado nas seguintes cartas.

Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 1874

N. 12495

Ilm.º e Exm.º Senhor,

Remetto a V. Ex.^a os inclusos papeis referentes à ex-praça do 35º Corpo de Voluntários da Pátria, Joaquim Antonio de Oliveira, a fim de que V. Ex.^a se sirva mandar juntar a estes uma nota do alistamento e sinais característicos dessa ex-praça, para se poder cumprir o despacho de V. Ex.^a O Sr. Ministro exarado nos mesmos papeis.

Deus Guarde a V. Ex.^a

O Tenente-General Graduado

Barão da Gavia

Ilm.º e Exm.º Sr. Dr. João Theodora Xavier

Presidente da Província de S. Paulo

página 2

Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra

Rio de Janeiro, 8 de Outubro de 1874

R.133

A Repartição de Ajudante General remette os inclusos papeis relativos à ex-praça do 35º Corpo de Voluntários da Pátria, Joaquim Antonio de Oliveira, o qual pede pagamento de vantagens que deixou de receber de 1866 a 1868. Afim de que possa ser cumprido o despacho de S. Ex.^a, o Sr. Ministro determina que, pela mesma Repartição, se verifique a identidade do indivíduo de que se trata e prove ele seus direitos.

Dr. J. M. Lopes da Costa (DAESP, 1997b, p. 160)

Tais documentos deixam evidente a burocratização que marcou o reconhecimento dos serviços militares após a Guerra contra o Paraguai. Enquanto os ex-combatentes aguardavam

algum tipo de recompensa por terem ido de encontro ao conflito, o Estado Imperial submetia a um processo lento e excessivamente formal de verificação. A dependência do “despacho ministerial” e a recorrente exigência de comprovações documentais revelam um sistema administrativo que funcionava mais como filtro do que como forma de amparo, dessa forma, revelando a ausência de um sistema estruturado de pensões ou de reinserção social para os veteranos.

O pedido de Joaquim Antonio de Oliveira, assim como o de Vicente José de Sant’Anna, não buscava uma recompensa extraordinária, mas apenas o pagamento de valores e concessões de terrenos já previstos, que lhe haviam sido retidos. Tal situação expõe a fragilidade material desses homens e o quanto estavam sujeitos à negligência do poder público. Do ponto de vista da historiografia, os documentos evidenciados contribuem para compreender o descompasso entre a narrativa oficial de heroísmo, que perpassou as diferentes correntes historiográficas que buscaram elucidar o conflito, e a realidade cotidiana dos veteranos - apesar de exaltados como símbolos de patriotismo, eles precisavam recorrer para garantir o mínimo de seus direitos.

Em consonância aos documentos epistolares evidenciados, a petição escrita por Joaquim Gonçalves de Oliveira Barreto, outro ex-voluntário da Pátria, datada de 21 de novembro de 1884, dirigida à autoridade imperial, expõe sua difícil situação socioeconômica após o conflito. A carta de Joaquim Gonçalves de Oliveira Barreto apresenta aspectos íntimos e reveladores, expondo as consequências da sua participação na Guerra contra o Paraguai.

S. Paulo

1884

Hei prohibo o procedimento de todo e qualquer emprego até que a Assembléa Provincial resolva a respeito.

A.S. Imperial

Serenissimo Senhor

O Cidadão Joaquim Gonçalves de Oliveira Barreto, Voluntario da Patria, vem respeitosamente expôr a Vossa Alteza, a sua triste e pobre posição; implorando então a Vossa Alteza uma esmola, um meio qualquer de vida, ou então a proteção para ser nomeado Porteiro das Obras Publicas d’esta Cidade que se acha vago.

Senhor em Outubro de 1865 era ainda orpham de mãe quando abandonei a casa paterna para hir defender a Patria, marchei com todo gosto, fiz a campanha toda sempre pronto nas fileiras assistindo os combates seguintes, de 16 e 17 de Abril a passagem do Paraná a 19 do mesmo, os combates de 16 e 17 de Junho e tomando parte no dia 18 do mesmo tudo de 1866, combate de 3 de Novembro, combate de 26–27 e 28 de Junho no Chaco, 6 de Dezembro em Itororó, Batalha de 11 em Avaí, combate em 21 em Lomas Valentinas tudo de 1868, os combates de 12 de Agosto em Peribaybe e Batalha de 15 em Campo Grande; Servi com gosto nas fileiras até onde o cazo exigia, e por ser orphão não reclamo de Vossa Alteza as esmolas necessarias senão um amparo sem por de mais precarias; pois sou hoje pai de sete filhos menores de 12 annos que até esta data tenho tratados com as maiores difficuldades e sempre com honestidade; tenho officio e vejo-me prohibido de trabalho por que soffro bastante talvez os meus soffrimentos sejam resultados da penosa campanha.

Actualmente acho-me desempregado e em bastante difficuldade e coagido pelas necessidades, não posso sustentar a minha numerosa familia de modo digno de um defençor como fui da Patria, pelo que espero em Vossa Alteza, pelo amor que tendo em vossos filhos fazer alguma couza em beneficio dos meos.

Deus Guarde Vossa Alteza

por muitos annos

Do ex Voluntario da Patria que, submisso aguarda as Imperiais Ordens.

S. Paulo 21 de Novembro de 1884

Joaquim Gonçalves de Oliveira Barreto (DAESP, 1997b, p. 164)

Na carta, Barreto rememora sua trajetória militar: órfão, alistou-se voluntariamente em 1865, participou de batalhas decisivas — como as de Avaí, Itororó e Lomas Valentinas — e marchou sempre, segundo suas próprias palavras, “com gosto” para a defesa da pátria. Entretanto, após anos de combate, ao regressar à vida civil, encontrou-se em condições de miséria, desempregado, com sete filhos menores de doze anos e sem recursos para sustentá-los. Seu apelo é duplo: solicita a nomeação para um cargo público modesto — porteiro das obras públicas — ou, na impossibilidade disso, alguma forma de auxílio financeiro que lhe garantisse a sua sobrevivência e a de seus filhos.

Outro elemento que emerge da carta é a dimensão de sua saúde mental. O ex-praça explicita um sofrimento associado diretamente à sua participação na guerra. Ainda que a carta

não registre a ocorrência de ferimentos físicos durante o conflito — menção que seria provável, dado o caráter extremo da situação relatada —, o testemunho sugere que sua atuação na campanha da Dezembrada, deixou cicatrizes traumáticas. Tais experiências, agravadas pela miséria vivida no pós-guerra, reforçam a leitura de que a violência não se esgotou nos campos de batalha, mas prolongou-se na vida dos veteranos e em suas famílias - conforme será intensificado no próximo registro epistolar, de Antonio Caetano Magalhães.

São Paulo, 16 de Novembro de 1876

Senhor,

Aos pés de VOSSA MAJESTADE IMPERIAL se apresenta um voluntário da Pátria, atualmente ausente muitas léguas de sua casa, sua mulher e filhos; razão por que deixa de apresentar documentos.

O Suplicante, Senhor, partiu da cidade da Campanha em companhia de seu pai e de dois irmãos; estes dois últimos faleceram na passagem da Ponte de Itororó. Aquele dito seu pai como Tenente, e o Suplicante, como Cadete, fizeram parte do 18º Batalhão Mineiro, do 2º Corpo de Exército, comandado pelo General Porto Alegre.

O Suplicante se acha quase cego e sem o menor recurso para poder ir ao seio de sua família, e pede assim uma esmola a VOSSA MAJESTADE IMPERIAL, a quem Deus guarde por muitos anos para amparo dos que sofrem.

A pedido de Antonio Eusebio Duarte

Antonio Caetano de Magalhães (DAESP, 1997b, p. 163)

A súplica de Antonio Caetano de Magalhães apresenta um outro panorama da experiência pós-guerra de um voluntário da pátria. Diferentemente das cartas apresentadas até então, Antonio Magalhães encontra-se afastado de sua família, quase cego e desprovido de recursos para retornar ao lar, solicitando assistência financeira para tais fins.

A carta fundamenta seu pedido em uma narrativa de sacrifício, tanto familiar quanto militar. O remetente recorda que partiu da cidade da Campanha acompanhado do pai e de dois irmãos, sendo que estes últimos morreram na travessia da Ponte de Itororó, enquanto ele e o pai participaram do 18º Batalhão Mineiro, do 2º Corpo de Exército, comandado pelo General Porto Alegre. Nesse contexto, o documento epistolar constrói uma memória marcada pelo sofrimento e pela perda, invertendo o tom heroico que predominava nos relatos de

mobilização: a pátria, antes elevada como causa nobre, aparece agora como devedora, incumbida de amparar aqueles que se sacrificaram em seu nome.

Quando confrontada com os documentos anteriores, esta carta evidencia a dissonância entre o discurso patriótico e a prática estatal. Nos primeiros anos da Guerra contra o Paraguai, as cartas buscavam mobilizar civismo e coletividade; na década de 1870, emerge a realidade da precariedade enfrentada por ex-combatentes e suas famílias, dependentes da boa vontade do Império. Assim, a escrita epistolar se transforma reveladora ao evidenciar causas particulares consequentes da violência do conflito (que se seguiu na vida privada dos combatentes no pós-guerra) e como foram utilizadas enquanto instrumentos de reivindicação.

Do ponto de vista teórico, os registros de Vicente José de Sant'Anna, Joaquim Antonio de Oliveira, Joaquim Gonçalves de Oliveira Barreto e Antonio Caetano de Magalhães podem ser lido à luz da fenomenologia acerca da experiência da guerra: não registrando apenas fatos administrativos, mas o sofrimento de sujeitos que buscaram, por meio da escrita, transformar sua dor em reconhecimento ou auxílio. Assim, evidenciando a forma como ex-soldados empobrecidos ou mutilados se reposicionaram nas margens da sociedade brasileira do século XIX, negociando amparo e legitimidade.

3.2 O CLUBE DOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA: MEMÓRIA E COLETIVO

As súplicas mantiveram-se constantes nos anos que sucederam o conflito. Os antigos Voluntários da Pátria — agora veteranos do maior confronto bélico já experienciado na América Latina (Doratioto, 2022) —, como demonstrado pelas epístolas e pela bibliografia anteriormente analisada, continuaram a reivindicar as recompensas que lhes haviam sido prometidas no período de mobilização. Todavia, conforme explica Marcelo Santos Rodrigues (2024), ocorreu uma construção de uma memória oficial militarizada enquanto os subalternos foram submetidos ao esquecimento. Após terem passado pela violência do recrutamento coercitivo, dentre outras humilhações, os veteranos do conflito enfrentavam nesse momento a burocracia e o desamparo estatal.

O pesquisador Marcelo Rodrigues (2024) agrega a discussão ao evidenciar relatos de ex-combatentes em situações precárias, muitos mutilados e/ou incapazes de trazer o arrimo

para suas famílias. Sobretudo, “o sentimento de humilhação”, conforme aponta Rodrigues, “reivindica para si a afronta, o vexame e o rebaixamento moral” enquanto a negligência estatal parte a partir do momento em que a “solicitação só poderia ser analisada no Rio de Janeiro [...]”, onde o ex-praça “deveria apresentar folha de pagamentos, certidões, notas fiscais, atestado de casamento [...] exigências impossíveis de cumprir” (idem, p. 9-13).

Nesse contexto, a frustração, antes vivenciada de forma individual, passa a ser sensibilizada de maneira coletiva através dos clubes de voluntários da pátria - estando aqui delimitado a sua atuação na província paulista. A participação do Clube dos Voluntários da pátria¹¹, conforme percebido nas epístolas analisadas, visava destacar as desigualdades sociais vivenciadas por seus membros, fornecer uma rede de apoio entre os membros e reivindicar os direitos dos antigos participantes da Guerra contra o Paraguai através de relações políticas e vínculos de patronato.

Si aí vier nos ver nos peça com urgência

V. da Pátria

Secretaria do Club dos Voluntarios da Pátria

9 de Outubro de 1889

Ilmo Exmº Snr.

Tendo os Voluntarios da Pátria, que compor este Club, requerido ao Governo Imperial, por intermédio de V. Ex.^a, terras devolutas nas immediações da Capital e constando ter V. Ex.^a mandado por um respeitavel despacho, mandando informar pela Inspectoria de Terras e Colonização, onde supponho ainda se achar a petição; peço a V. Ex.^a em nome do Club, em atenção a esses bravos, quasi todos paupérrimos, a valiosa protecção que V. Ex.^a nos tem dispensado e costuma a dispensar às causas justas.

Será um grande serviço que V. Ex.^a prestará ao Club, e pelo qual será V. Ex.^a para sempre lembrado.

Deus Guarde a V. Ex.^a

¹¹ Apesar dos esforços em localizar mais informações acerca do Clube dos Voluntários da Pátria, as únicas informações encontradas acerca do respectivo coletivo de veteranos da Guerra contra o Paraguai foram encontradas nas epístolas encontradas ao longo da pesquisa na APESP. Em virtude do ocorrido, compreende-se que a falta e/ou a dificuldade de acesso das informações complementares é consequência direta da política de silenciamento e olvidamento do caso analisado nas epístolas.

Ilmº Exmº Snr. D. General José Vieira do Couto Magalhães
M. D. Presidente da Província
O Capitão José Antonio Lessa
Presidente do Club dos Voluntarios da Pátria (DAESP, 1997b, p. 164)

A epístola, enviada semanas antes da proclamação da República, tem caráter notavelmente político, escrita pelo Capitão José Antonio Lessa, presidente do Clube dos Voluntários da Pátria de São Paulo. O documento tem por finalidade pressionar o governo provincial a interceder em favor de uma antiga demanda dos veteranos: o acesso a terras situadas nos arredores da capital paulista. Em consonância, revela uma estratégia de reivindicação que se apoia nas redes políticas que o Clube dos Voluntários da Pátria buscava acionar, também evidenciando as desigualdades sociais presentes entre seus membros — descritos como “quasi todos paupérrimos” (DAESP, 1997, 164). E, apesar do discurso de mérito militar mobilizado, a permanência de condições de marginalização que marcavam o cotidiano desses ex-combatentes.

Antes da resposta ser emitida, uma nova súplica é realizada ao Presidente da Província de São Paulo.

São Paulo, 9 de outubro de 1889.

Excelentíssimo Senhor,

Os Voluntários da Pátria, que compõem este Clube, tendo solicitado ao Governo Imperial, por intermédio de Vossa Excelência, terras devolutas nas imediações da Capital, e constando-nos que Vossa Excelência já despachara favoravelmente, determinando que a petição fosse informada pela Inspetoria de Terras e Colonização — onde suponho ainda se encontrar —, venho, em nome do Clube, rogar a Vossa Excelência que nos dispense, como sempre, a valiosa proteção.

Trata-se de um pedido justo, pois esses bravos combatentes, quase todos em estado de grande pobreza, esperam encontrar, nesse benefício, um meio de subsistência digno após os sacrifícios feitos em defesa da Pátria. A atenção de Vossa Excelência a esta causa será um grande serviço prestado ao Clube e um gesto que perpetuará a lembrança de Vossa Excelência entre os Voluntários.

Deus guarde a Vossa Excelência por muitos anos.

Atenciosamente,

Capitão José Antonio Lessa

Presidente do Clube dos Voluntários da Pátria (DAESP, 1997b, p. 167)

A resposta surge meses após o envio da carta de solicitação - provavelmente pelas transições políticas que o país vivenciava naquele momento, passando de uma monarquia para uma república. A carta de resposta é uma negativa ao requerimento do Clube dos Voluntários da Pátria solicitando o arrendamento de terras próximas à capital.

Os Supplicantes têm direito a ser collocados em quaesquer lotes desoccupados dos núcleos do Governo, como o declarou o Aviso nº 99 de 19 de Setembro de 1885, devendo para isso dirigir-se à Inspectoria Especial de Terras e Colonização.

Quanto aos terrenos devolutos dos arredores da Capital — não podem ser concedidos — em vista do Aviso de 17 de Setembro de 1889, que mandou vendê-los em hasta pública depois de medidos e demarcados.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, 9 de Junho de 1890

Prudente de Moraes (DAESP, 1997b, p. 167)

A epístola assinada por Prudente de Moraes em 9 de junho de 1890, meses após a proclamação da República, sintetiza a mudança de postura do governo diante das demandas dos veteranos da Guerra contra o Paraguai. Embora reconheça o direito legal dos solicitantes a ocuparem lotes vagos nos núcleos coloniais, conforme o aviso nº 99 de 1885 citado no documento, a responsabilidade é deslocada para a Inspetoria Especial de Terras e Colonização e nega explicitamente a concessão de terras devolutas próximas à capital, agora destinadas à venda pública pelo aviso de 17 de setembro de 1889. A resposta demonstra a substituição de antigas promessas imperiais de compensação pelos serviços militares por uma administração republicana orientada por critérios fiscais e imobiliários. Em consonância, é exposto o processo de marginalização dos veteranos, assim como o enfraquecimento de suas redes de reivindicação e a consolidação de uma política de terras que priorizava interesses econômicos em detrimento de reparações sociais provindos de um sistema político já caído e um crescente interesse, conforme evidenciado nas cartas anteriores, em olvidar os “problemas” do antigo regime.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, as cartas demonstraram, de forma inequívoca, que a guerra ultrapassou a esfera militar e inscreveu-se profundamente no cotidiano doméstico, nas relações sociais e na memória coletiva paulista.

Ao longo do capítulo “A tempestade além do prata”, a leitura e interpretação fenomenológica dos documentos revelou como a violência estatal se materializou no recrutamento compulsório, nos abusos cometidos por autoridades locais e nas rupturas impostas ao funcionamento das famílias. As práticas de coerção descritas por Beatriz Silva (2021) e confirmadas pelas epístolas mostraram que a guerra reconfigurou a vida civil de modo abrupto, instaurando medo, insegurança, estratégias de fuga e, após o fim do conflito, coletividade entre os sobreviventes para conseguirem seus direitos.

A análise do caso de Luiza Maria da Conceição, que lutou para reaver o marido recrutado ilegalmente, revelou não apenas a coerção militar, mas o desamparo estatal diante da vulnerabilidade feminina e familiar. Esse episódio exemplar mostrou como o Estado Imperial, ao instrumentalizar a violência em nome do esforço bélico, correu as próprias bases de legitimidade que pretendia preservar.

Em seguida, compreendeu-se que os impactos da guerra não cessaram com a assinatura de paz em 1870. Na verdade, os problemas se alongaram e reconfiguraram a sociedade paulista nas décadas seguintes. As cartas de Vicente José de Sant’Anna, Joaquim Antonio de Oliveira e Joaquim Gonçalves de Oliveira Barreto revelam uma segunda face da violência: a negligência do estado imperial no pós-guerra contra o Paraguai e, posteriormente, o encobrimento das reminiscências conflito por parte do recém implantado Estado Republicano. Homens que haviam marchado como filhos da pátria, convencidos por discursos patrióticos e promessas de recompensas financeiras e/ou de terrenos reservados, retornaram à vida civil enfrentando pobreza, invalidez, burocracia e abandono. A escrita epistolar transforma-se, nesse cenário, em instrumento de denúncia, resistência e busca por reconhecimento – também nota-se, a partir da perspectiva fenomenológica, o potencial destrutivo do conflito. A Guerra contra o Paraguai, que os convocara por meio do patriotismo, devolveu-os ao cotidiano apenas com a memória das batalhas, sem o amparo mínimo prometido pelo decreto de 1865.

Diante desses elementos, a pesquisa permite afirmar que as cartas evidenciam uma experiência de guerra que não se restringiu aos campos de batalha, mas atravessou profundamente a vida privada, a organização familiar e as relações entre Estado e sociedade. Expondo a centralidade da violência estrutural, exercida não apenas contra o inimigo paraguaio, mas contra os próprios súditos do Império, especialmente os homens pobres e suas famílias. As epístolas analisadas permitiram entender a instrumentalização do patriotismo como ferramenta de mobilização combinada à coerção e ao desrespeito à legislação vigente, assim como a dissonância entre o discurso e a prática estatal, revelada tanto nos recrutamentos compulsórios quanto nas promessas não cumpridas no pós-guerra.

Em seguida, no capítulo denominado “Memórias do pós-guerra”, podemos notar ainda mais explicitadamente o papel da escrita epistolar como espaço de resistência, denúncia e reivindicação - um lugar onde sujeitos historicamente marginalizados puderam inscrever suas memórias e experiências a fim confrontar o poder imperial, e posteriormente o governo republicano, em busca de seus direitos. Assim como houve a construção de uma “memória paulista” da guerra, marcada pela organização espaços de memória, isto é, de coletivos de veteranos do conflito, aqui delimitado ao Clube dos Voluntários da Pátria. Sendo esse momento marcado menos pelos relatos heróicos exaltados na historiografia tradicional e mais pelo sofrimento doméstico, pela incerteza e pela busca de justiça no contexto do pós-guerra contra o Paraguai.

Ao amarrar em consonância todos os elementos discutidos, conclui-se que as cartas não são apenas registros administrativos ou súplicas individuais, sendo testemunhos que iluminam as materialidades íntimas da guerra concedendo-lhes ainda mais significados, desvelando as tensões entre Estado, sociedade e memória na província de São Paulo. Elas permitem perceber que a violência do Império não se limitou ao conflito externo, mas desarticulou estruturas familiares, redefiniu práticas políticas locais e deixou cicatrizes profundas no pós-guerra.

A escrita epistolar evidencia que a Guerra contra o Paraguai, para além das narrativas militares e diplomáticas, foi sobretudo uma experiência vivida - e sofrida - nos interiores das casas, nas incertezas das mulheres que ficaram, na miséria dos veteranos que retornaram e buscaram se articular para conseguirem o que lhes era resguardado por direito, assim como

nos silêncios que a memória oficial tentou apagar, tanto no período monárquico quanto no período republicano, mas que as cartas preservaram.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1994.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. A escrita epistolar, a literatura e os jornais do século XIX: uma história. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 30, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i30.196>. Acesso em: 21 nov. de 2025.
- BARROS, Edgard Luiz de. A Guerra do Paraguai e seu contexto histórico. In: **Os voluntários paulistas na Guerra do Paraguai**. São Paulo: Divisão de Arquivo/IMESP, 1997a.
- BERNASKI, J.; SOCHODOLAK, H. História da violência e sociedade brasileira. **Oficina do Historiador**, v. 11, n. 1, p. 43–60, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2018.1.24181>. Acesso em: 21 nov. de 2025.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Ministério da Guerra. Decisão nº 67, de 10 de julho de 1822. In: BRASIL. **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 57. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html. Acesso em: 18 nov. 2023.
- BRASIL. **Lei de 18 de agosto de 1831 – Publicação original**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html. Acesso em: 18 nov. 2023.
- CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Trad. Pedro Süsskind. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

DAESP. Voluntários Paulistas. Recepção de sua gloriosa bandeira, 1870. In: **Os voluntários paulistas na Guerra do Paraguai**. São Paulo: Divisão de Arquivo/IMESP, 1997b. 171 p.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FARIA, Regina Helena Martins de. Cidadania e recrutamento militar no Brasil Império. In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/35-snh29>. Acesso em: 18 nov. 2023.

FERRER, Francisca Carla. A (re)organização do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai. *Revista Biblos*, Rio Grande do Sul, v. 17, p. 121–130, 2005.

GAMA, Luís; AGOSTINI, Ângelo. *Diabo Coxo*, São Paulo, 27 ago. 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701513&pesq=>. Acesso em: 4 jan. 2024.

JARAN DUQUETTE, François. La posibilidad de una “fenomenología de la historia”. **Investigaciones Fenomenológicas**, n. 3, p. 237–248, 2011. DOI: 10.5944/rif.3.2011.5616. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/rif/article/view/5616>. Acesso em: 21 set. 2025.

MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia – da instauração à restauração historiográfica (1871–2002). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Colloques, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.55579>. Acesso em: 9 nov. 2025.

MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. Reflexão sobre a escrita epistolar como fonte histórica a partir da contribuição da teoria da literatura. **Revista Língua e Literatura**, Frederico Westphalen, v. 13, n. 20, p. 61–72, ago. 2011.

MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. Diálogos entre história e literatura: a escrita epistolar como recurso de construção do passado. **Revista Vozes dos Vales da UFVJM**, Minas Gerais, n. 2, ano I, p. 1–12, out. 2012. ISSN 2238-6424.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89–103, 1998. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Meneses_UTB_41_982130_MemoriaECulturaMaterialDocumentosPessoaisNoEspacoPublico.pdf. Acesso em: 18 fev. 2024.

MORRIS, Ian. **Guerra: o horror da guerra e seu legado para a humanidade**. São Paulo: Leya, 2015.

ORTEGA Y GASSET, José. **Sobre a razão histórica**. Campinas: Vide Editorial, 2020.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento**. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Marcelo Santos; RISCAROLI, Eliseu. Memórias silenciadas: os esquecidos da Guerra do Paraguai no Brasil do século XIX. **JNT Facit Business and Technology Journal**, v. 1, ed. 50, fluxo contínuo (abr./maio 2024), p. 88–105, 2024. ISSN 2526-4281. Disponível em: <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Beatriz Tavares Alves. **Os impactos da Guerra contra o Paraguai na Província de São Paulo**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.